

ASSENTAMENTOS RURAIS E CAPITAL SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO

Maria Messias F. Lima¹
Luís Abel da Silva Filho²

RESUMO: *a pesquisa teve como objetivo geral verificar o nível de capital social acumulado pelos agricultores do assentamento 10 de Abril em Crato-CE. Os dados foram obtidos mediante a aplicação direta de questionários aos 33 agricultores que residem no assentamento. A escolha do assentamento foi pelo critério de antiguidade, sendo este importante para observar se ao longo de 17 anos os agricultores adquiriram confiança uns nos outros para manter um nível de cooperação capaz de trazer transformações políticas e econômicas para a comunidade e, através desse ambiente construir condições para uma maior inclusão econômica e social. O Índice de Capital Social (ICS) encontrado para o assentamento 10 de Abril foi considerado alto, ou seja, a pesquisa mostrou que os agricultores sentem confiança um no outro e trabalham de forma coletiva para aproveitar melhor as oportunidades que aparecem, sendo um importante fator de desenvolvimento. Dessa forma, repensar a sua lógica de produção é reconhecê-la como uma estratégia para a superação de vários estrangulamentos econômicos e sociais que a sociedade contemporânea está inserida.*

Palavras-chave: Assentamentos rurais, agricultura familiar, capital social

1. INTRODUÇÃO

Os desafios para o século XXI giram em torno de um desenvolvimento mais justo, com equidade social e eficiência econômica. Os novos paradigmas surgem com a necessidade de realização e (re)formulação de práticas e conceitos marcados pela intensificação de diversos desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais. Isso implica na adoção de políticas capazes de integrar, pelo desenvolvimento rural, a maioria da população do campo no progresso técnico e social.

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo em sua essência da acumulação de capital ‘negou’ a agricultura familiar à possibilidade de incorporação de novas práticas e novos conceitos para a superação da pobreza. Entretanto para que a acumulação de capital permaneça é necessário a manutenção desse modo diferencial de produção e de desenvolvimento. É nesse contexto que surge a necessidade de (re)valorizar o debate sobre a agricultura familiar, buscando identificar na teoria respostas a uma necessidade social e econômica para o capitalismo contemporâneo.

A grande concentração de terras no Brasil, muitas delas improdutivas, em seu aspecto econômico e social, além de predatória do ponto de vista ambiental, mantêm um grande número de agricultores desprovidos de meios de produção, inviabilizando a sua sustentação e a produção de alimentos para o mercado local. Os assentamentos rurais se constituem em um mecanismo importante de desenvolvimento econômico e social, através da produção e não da favelização, como vem ocorrendo, seja do campo ou da cidade

¹Autor: Economista, Mestre em Economia Rural, Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: mefeli@bol.com.br

² Co-autor: Aluno do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA. abeleconomia@hotmail.com

A reforma agrária tende a atender um número significativo de agricultores enquadrados na categoria dos “periféricos”, arrendatários, parceiros e semi-assalariados. A reforma agrária também inclui os filhos dos agricultores familiares classificados como “de transição”, em decorrência de insuficiência de terras para o conjunto da família. A discussão mais presente é exatamente aquela que trata da viabilidade dos assentamentos rurais, do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Nesse sentido a pesquisa proposta tem como objetivo, verificar o nível de capital social acumulado pelos agricultores familiares do assentamento 10 de Abril, enfocando principalmente a sua capacidade de organização social e política criando um espaço coletivo para o desenvolvimento de redes de sociabilidade, apresentando oportunidades para a superação de vários estrangulamentos econômicos e sociais que a sociedade contemporânea está inserida.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Abordagem Teórica

Um dos maiores desafios enfrentados pelos tomadores de decisões de política econômica está relacionado com o crescimento econômico do país, independentemente do seu grau de desenvolvimento. Contudo, a experiência tem demonstrado que desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, pois este é considerado como uma “simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas” (SOUZA, 1997, p. 21).

Em meados do século XIII, surgiram na França novos conceitos em relação à riqueza e ao crescimento, passando da ótica do comércio para o prisma da produção. O debate foi intensificado com a obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, publicada em 1776, identificando, a causa e a origem da riqueza nacional. No século XX o tema desenvolvimento econômico obteve maior destaque, ainda assim as políticas permaneceram voltadas para o crescimento. Essa antiga preocupação foi manifestada de forma diferenciada nos diversos países.

Nos países da Europa, constata-se a presença marcante do Estado na definição de políticas públicas com vistas ao fortalecimento da agricultura, principalmente para a produção de alimentos. Nos EUA, por exemplo, a predominância da agricultura familiar liderou o progresso técnico e a produção de alimentos em níveis superiores aos de quaisquer outros países, tanto em produção quanto em volume de vendas. Na Inglaterra, apesar da estrutura atomizada de milhões de unidades de produção, a presença do trabalho e da gestão familiar na agricultura levou o setor à modernização e à elevação da produtividade, após abandonar o modelo tripartite de organização econômica da agricultura.

Igualmente em outros países da Europa, a organização dos mercados, iniciada pelos próprios agricultores e, em seguida pelo Estado, através de suas políticas de estruturas como a intervenção estatal na agricultura, veio favorecer a modernização do setor e, conseqüentemente, o aumento da oferta agrícola (ABRAMOVAY, 1992).

Alguns autores, como Lênin, Kautsky e Chayanov trataram o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de forma diferenciada. Lênin procurou mostrar que a ruína dos camponeses era uma conseqüência necessária ao processo de instalação e evolução do capitalismo. Kautsky discutiu seriamente a superioridade do grande estabelecimento agrícola sobre o pequeno. Chayanov, entretanto, defendia a proposição de que a economia camponesa

deveria ser tratada como um sistema econômico próprio, como um sistema não-capitalista, isto é, não ter o lucro como o centro das decisões.

Na tória marxista, não é possível encontrar um conceito satisfatório para a produção agrícola familiar, pois este modo de produção não constitui um modo de produção capitalista, não visa a acumulação de capital, além de existir uma lógica entre trabalho e consumo.

Portanto, a produção agrícola familiar não é simplesmente uma forma transitória, isolada e condenada ao desaparecimento, mas ao contrário, é um modo de produção em cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento.

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obriga-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1992, p. 131)

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo, encontrando no desenvolvimento desse modo de produção trabalho e gestão, caracterizando suas particularidades no ambiente econômico e social da sociedade global. Nesse novo paradigma, o capitalismo apresenta-se em uma nova realidade, com o surgimento de novas forças políticas e sociais.

o processo de mudança nas relações comerciais e culturais do sistema econômico e da agricultura familiar em particular envolvendo a sociedade contemporânea torna-se dialético, diferente daquele vivenciado por gerações passadas (RAÍZES, 1999). Esse processo configura a construção social de uma nova realidade dessa categoria, que perpassa as questões da fome e da produção de alimentos.

O processo de mudança e (re)construção de um novo modelo de desenvolvimento – com sustentabilidade – chama a atenção para a capacidade de permanência da agricultura familiar, embora esta sobrevivência ocorra em condições de exclusão social, econômica e tecnológica. Segundo Guazirolí *et all* (2001) o camponês viu e sentiu a transformação nos instrumentos de trabalho, sem, no entanto poder absorver-lo na produção, quando boa parte desses instrumentos assumiu seus postos de trabalho. Dessa forma, o camponês além de conviver com a dificuldade de acesso á terra lida com situações adversas de produção, sejam elas em termos de políticas ou em termos de capitalização.

Nesse sentido, a atual conjuntura, converge para a integração crescente dos camponeses ao mercado, em que os elementos constitutivos da produção agrícola familiar, o balanço entre trabalho e consumo, não se constituem mais em fator determinante das principais decisões econômicas: como produzir, quanto produzir e para quem produzir.

As transformações do trabalho e do capital seguem sendo fundamental para compreender a natureza das transformações sociais e políticas que nos últimos tempos vem experimentando o capitalismo contemporâneo que, forçosamente provoca mutações também no setor rural e principalmente na agricultura familiar. Ou seja, trata das exigências originárias das próprias necessidades da economia e da sociedade moderna, como também da sua capacidade de adaptação ao mercado.

A discussão sobre a agricultura familiar é constante, principalmente quando se trata de seu peso na explicação da estrutura social da agricultura e principalmente na estruturação do

próprio desenvolvimento capitalista. Dessa forma, é intensa a participação da agricultura no desenvolvimento, seja através da transferência de renda para outros setores, seja pela contribuição para o aumento da oferta agrícola.

O ritmo das transformações no mundo do trabalho no final do século XX e, conseqüentemente das relações sociais convida o setor rural a tornar-se mais participativo nesse processo de desenvolvimento em procurar novas formas de sociabilidade e instituições que permitam uma reavaliação do campo no desenvolvimento intensivo do capitalismo integrado ao mundo.

Pesquisas recentes tem demonstrado, principalmente em países desenvolvidos, a rápida adaptação do agricultor familiar ao processo de modernização e, principalmente a contribuição da cultura do agricultor familiar na formulação de respostas à crise do sistema capitalista. Dada a capacidade da agricultura familiar formular saídas para as crises econômicas provocadas pelo modelo excludente de desenvolvimento, propõe-se pensar a integração da agricultura familiar à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de eliminação dos pequenos agricultores. Ou seja, a eliminação da sua identidade, nem tão pouco transformá-los em simplesmente capitalistas.

Para Abramovay (1992, p. 22), “Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Entretanto é necessário discutir a agricultura dentro do contexto macroeconômico do desenvolvimento capitalista, em que a agricultura sempre foi considerada como um simples segmento na produção de bens alimentares a baixos preços.

Vale lembrar que a principal tarefa não é relacionar as medidas que deveriam ter sido tomadas no passado, mas descobrir como vencer o estágio de subdesenvolvimento que vive atualmente as diversas nações. O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo, encontrando no desenvolvimento desse modo de produção trabalho e gestão, caracterizando suas particularidades no ambiente econômico e social da sociedade global.

A agricultura familiar que é conhecida como uma produção para o autoconsumo, não incorpora os benefícios da tecnologia e não produz excedentes, não tem como competir com a agricultura comercial (ou capitalista) empregadora de trabalhadores especializados e métodos aprimorados de produção e comercialização, focada na obtenção de excedentes para venda no mercado interno ou externo. Adotar políticas macroeconômicas voltadas para a agricultura familiar pode proporcionar o desenvolvimento do setor rural de forma mais contínua, harmônica e sustentável.

No Brasil, segundo Souza (1997) os principais debates travados sobre desenvolvimento partem da corrente *cepalina*, (oriunda da comissão Econômica para América Latina) – CEPAL - atribuindo o desenvolvimento dos países periféricos aos fatores externos – como dependência financeira em relação aos países centrais – e internos – decorrentes da concentração fundiária e da reduzida dimensão do mercado interno.

Durante as décadas de 1940 e 1950, consolidava-se o modelo de substituição de importação, resultando em uma oferta de máquinas, fertilizantes e insumos agrícolas. Este processo, segundo Graziano da Silva (1981) exigiu medidas capazes de promover

transformações nas ‘relações de produção’³ no setor rural, provocando uma ruptura nos padrões tradicionais da agricultura com a incorporação dos chamados ‘pacotes tecnológicos’.

Em meados da década de 1960 inicia-se, o processo de modernização da agricultura brasileira, por meio de políticas que davam ênfase à promoção da produtividade, com a adoção de novas técnicas de produção. O processo de desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil no século XX foi pautado na geração do excedente econômico e este através da exclusão social, concentração de renda e precarização das relações de trabalho. Em meio a todas essas questões, ainda sem solução, a questão agrária brasileira apresenta-se caracterizada pela subordinação política e econômica à indústria. Atrelado a esse modelo está a burguesia agrária, que por uma imposição do capital adotam novas técnicas de produção, poupadoras de mão-de-obra, que ficou conhecida como a *modernização dolorosa*.

De acordo com Graziano da Silva (1981) as políticas de estímulo à modernização não atingiram os pequenos produtores, especializados na produção de gêneros alimentícios. Ou seja, existe uma camada da população em que as necessidades, mesmo as consideradas ‘básicas’ não estão sendo satisfeitas. Entretanto, a manutenção do sistema produtivo se dá pela existência de dois fatores: a existência do trabalho familiar e a diversificação da produção, tornando-a “responsável por quase 40% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde por 76,8% do emprego agrícola” (GUAZIROLI et all, 2001, p. 22).

O nordeste brasileiro, pólo de grandes desigualdades (RAÍZES, 1998) abriga aproximadamente 45% da população rural do país, porém 91% das propriedades rurais são consideradas pequenas. Apresenta também um elevado Índice de Exclusão Social (IES), segundo Lemos (2005), de 40,95% sendo que para o Brasil o IES chega a 25,34% mostrando a dramática situação dessa região que concentra o maior número de ‘pobres’ e excluídos do processo de desenvolvimento ocorrido a partir da década de 1960 que teve como principal característica à atração do capital externo pelos grandes incentivos fiscais e mão-de-obra desqualificada, mantendo dessa forma a precarização das relações de trabalho, em que o camponês transforma-se em proletário seguindo o mesmo padrão adotado no Brasil com o processo de industrialização por substituição de importação.

os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses, em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria (STEDILE, 2005, p. 31)

Portanto a realidade aponta para uma grande lacuna entre o crescimento econômico e o desenvolvimento da região, sendo este visto como melhorias nas condições de vida da sua população. Um dos instrumentos capaz de reduzir essas disparidades seria a adoção de políticas públicas voltadas para uma melhor redistribuição de terras e conseqüentemente de riqueza. Entretanto, além das dificuldades políticas existem as estruturais, tais como: o baixo índice de inovações tecnológicas, baixo nível educacional e pela grande extensão da pobreza no campo, além de uma estrutura agrária extremamente concentrada.

³ Estas transformações caracterizam-se pelo surgimento de outras categorias como: empregados e empregadores na produção capitalista.

2.2 Procedimentos Metodológicos

Para fins de alcance dos objetivos propostos, optou-se por restringir este estudo ao assentamento rural 10 de Abril, localizado a 27 km do município do Crato-CE. A escolha da área deu-se pelo critério de antiguidade, considerando a idade do assentamento importante para uma avaliação mais consistente da sua operacionalização.

Os dados foram de origem primária e secundária. Os dados primários obtidos para efeitos de análise foram através do Censo, isto é, foram utilizadas informações sobre a população. A pesquisa foi realizada a partir de informações colhidas mediante pesquisa de campo diretamente á população, em um total de 33 agricultores os dados coletados foram posteriormente analisados.

Após a coleta, os dados serão tabulados e analisados quantitativamente através do cálculo do Indicador de Capital Social (ICS), utilizado por Barreto, Khan e Silva (2005), através das seguintes variáveis:

VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA O CALCULO DO ICS		Sim	Não
I	Você participa de algum tipo de organização social	1	0
II	Você participa ativamente das atividades dessa organização	1	0
III	Existe cooperativa no assentamento	1	0
IV	As pessoas se interessam pelo bem-estar da família e da comunidade	1	0
V	Freqüentam as reuniões da associação	1	0
VI	È comunicado e convidado para assistir assembléias / reuniões da associação	1	0
VII	Participa da escolha de líderes da associação	1	0
VIII	As decisões são aprovadas em reuniões	1	0
IX	Apresenta sugestões nas reuniões	1	0
X	As decisões tomadas são executadas efetivamente pela diretoria	1	0
XI	Paga taxa mensal	1	0
XII	Participa da elaboração de eventos sociais	1	0

O calculo do ICS deu-se através da seguinte fórmula.

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max_i}} \right]$$

Para identificar o peso de cada indicador na formação ICS foi usado o seguinte cálculo:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n E_{\max,i}}$$

O ICS pode assumir valores entre **zero** e **um**, quanto mais próximo de 1, maior o nível de acumulação de Capital Social dos agricultores familiares do assentamento 10 de Abril. Portanto, o ICS assume a seguinte classificação:

- | | | |
|----|--|---------------------------------|
| a) | Para o intervalo de $0 < ICS \leq 0,5$ | Baixo nível de acumulação de CS |
| b) | Para o intervalo de $0,5 < ICS \leq 0,8$ | Médio nível de acumulação de CS |
| c) | Para o intervalo de $0,8 < ICS \leq 1,0$ | Alto nível de acumulação de CS |

Através do cálculo do índice será feita a análise do nível de acumulação de capital social pelos assentados.

2.3 Resultados: nível de acumulação de capital social no assentamento 10 de abril

A economia clássica, em suas discussões sobre crescimento econômico o termo ‘capital’ tem um peso de grande impacto por ser um dos principais fatores de produção, atrelando-o sempre a análise de mercado, propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e, ainda para distinguir riqueza e pobreza. Entretanto, desde o final do século XX os teóricos vêm mostrando a sua importância dentro das mais diversas abordagens, expandindo para além da econômica, permitindo esclarecer melhor as disparidades existentes entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Capital social “expressa basicamente a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAÚJO, 2003, p. 11).

O desafio teórico para a compreensão da agricultura familiar no capitalismo central está nas ambigüidades com que este modo de produção tem sido tratado, buscando decifrar sua lógica própria, divergindo da racionalidade capitalista.

Os motivos para toda essa ambigüidade são de natureza teórica e conceitual explicando o obscurecimento em que foram discutidos e assimilados como um modo de produção condenado a ser banido pela história. Entretanto as particularidades da agricultura familiar a colocam como estratégia de manutenção do emprego e redistribuição de renda, ainda de forma ínfima. Porém necessária para a construção do desenvolvimento sustentável frente à sociedade global e ao capital.

Questões como a exclusão e a integração social passaram a constituir-se em temas pertinentes na discussão das formas sociais da agricultura e na (re)configuração do capitalismo na contemporaneidade. A partir da constatação da grande concentração de renda e exclusão social, proporcionado pelo crescimento econômico que visa apenas a produção de excedentes faz-se necessário rever os conceitos mais usados de desenvolvimento frente à acumulação de capital, sem no entanto melhorar as condições de vida da população, principalmente a população

rural. Essa discussão remete a uma análise sobre o papel desses agentes com as instituições, construindo relações de confiança e reciprocidade entre os indivíduos fortalecendo a acumulação de capital social.

Na composição do ICS, conforme divulgado na Tabela 1, observa-se que o assentamento 10 de Abril apresenta alto nível de capital social, 0,8485. Os indicadores que contribuíram de forma mais significativa foram: participação em organização social, no caso Associação dos Produtores Rurais; respeito às decisões tomadas em assembléias e o pagamento da taxa mensal para a Associação.

Tabela 1 - Participação Absoluta (PA) e Participação Relativa (PR) dos Indicadores na composição do Índice de Capital Social dos agricultores familiares do assentamento 10 de Abril - 2008

INDICADOR	PA	PR
Você participa de algum tipo de organização social	0,0833	9,82
Você participa ativamente das atividades dessa organização	0,0732	8,63
Existe cooperativa no assentamento	0	0
As pessoas se interessam pelo bem-estar da família e da comunidade	0,0783	9,23
Freqüentam as reuniões da associação	0,0783	9,23
È comunicado e convidado para assistir assembléias / reuniões da associação	0,0808	9,52
Participa da escolha de líderes da associação	0,0732	8,63
As decisões são aprovadas em reuniões	0,0833	9,82
Apresenta sugestões nas reuniões	0,0707	8,33
As decisões tomadas são executadas efetivamente pela diretoria	0,0783	9,23
Paga taxa mensal	0,0833	9,82
Participa da elaboração de eventos sociais	0,0657	7,74
ICS	0,8485	100

Fonte: Dados da pesquisa

Estudo realizado por Barreto, Khan e Lima (2005), mostrou que o não pagamento da taxa mensal e a não aceitação de sugestões pela diretoria contribuíram para um menor nível de acumulação de capital social em assentamentos de Caucaia-Ce. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que os agricultores do assentamento 10 de Abril sentem confiança e colaboram, podendo aproveitar melhor as oportunidades que aparecem, sendo um importante fator de desenvolvimento econômico.

O Indicador que menos contribuiu para a construção do índice de capital social foi a participação na elaboração de eventos sociais. A interação é importante também para o desenvolvimento da prática participativa em que a comunidade se reúne em momentos de descontração e harmonia Outro indicador importante, mas que ainda não se manifestou no assentamento é o desenvolvimento de uma cooperativa, para facilitar as necessidades coletivas, em relação a produção e comercialização além de contribuir para o aperfeiçoamento e adoção de novos equipamentos e técnicas produtivas.

Tudo isso nos mostra a necessidade da discussão de um projeto que tente harmonizar as forças da produção com o bem-estar dos indivíduos reconhecendo a agricultura familiar como agente transformador e inovador de uma nova concepção de desenvolvimento, em que o foco não seja apenas o capital, mas sim o homem enquanto sujeito social.

Estudos futuros pretendem analisar outros aspectos, dentre eles o econômico para avaliar a sustentabilidade dos agricultores. Entretanto, observando pelo âmbito da economia social, percebe-se na comunidade à vontade de algumas alterações frente ao desenvolvimento até então comandado pelo grande capital na obtenção do excedente econômico.

3. CONCLUSÃO

Embora as discussões tenham avançado na busca de novos conceitos e práticas de desenvolvimento ainda falta muito para ser feito no sentido de reduzir a pobreza rural e a exclusão de milhares de pessoas do processo de desenvolvimento econômico. O tema mais recente envolve a participação do capital social, em que a base é formada pela cooperação. Esta pesquisa mostrou a acumulação do capital social pelos agricultores familiares do Assentamento 10 de Abril no município de Crato-Ce. Com o intuito de averiguar a absorção de capital social pela comunidade foi elencado algumas variáveis consideradas importantes para a formação de redes de convivência e formação de laços sociais capazes de superar algumas dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, em especial os que vivem em áreas de assentamentos rurais.

A partir do cálculo do ICS, observou-se que os agricultores do assentamento 10 de Abril apresentam alto nível de capital social, sendo um determinante para o desenvolvimento da comunidade, entendendo este como uma maior participação coletiva para enfrentar os desafios de permanência junto ao capitalismo contemporâneo, em que o espaço, geográfico ou econômico encontra-se cada vez mais restrito dificultando o desenvolvimento da agricultura familiar, seja enquanto produtora de gêneros alimentícios para o mercado interno como também a geração de emprego e renda no campo, evitando a migração ou mesmo a favelização urbana ou rural.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. Capital Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BARRETO, Ricardo Candeia Sá. KHAN, Ahmad Saeed e LIMA, Patrícia Verônica P. Sales. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. In: Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 43, n. 2 Brasília Abril/Junho, 2005.
- GUANZIROLI, Carlos E; et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LACERDA, G.N. *Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira*. IPE/USP, São Paulo: 1985.
- LEMONS, José de Jesus Sousa Lemos. Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005

MORAES, Maria Dione C. De Camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. In RAÍZES, Agricultura familiar. Ano XVII, n. 17 junho/98. (p. 121 a 134).

RAÍZES. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Ano XVIII, n.º 20; nov/1999.

RAÍZES. Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Agricultura Família, Ano XVII, n.º 17; Junho/1998.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão agrária hoje*. Porto Alegre: ed. da Universidade / UFRGS, 1994.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.